Estado vai investir R\$ 5,6 bilhões e replicar limpeza do Pinheiros no Tietê

Recursos virão de financiamento do BID e investimentos da Sabesp. Estão previstas PPPs para obras de desassoreamento e transformação do DAEE na Agência SP Águas

EMILIO SANT'ANNA

O Tietê vai receber R\$ 5,6 bilhões em obras de recuperação e saneamento até 2026. O proe saneamento até 2026. O pro-jeto, a que o Estadão teve aces-so, prevê intervenções de de-sassoreamento do rio e dos principais afluentes, instala-ção de troncos e redes coleto-ras, estações de tratamento de ras, estaçoes de tratamento de esgoto e adoção de monitora-mento da qualidade da água na entrada e na saída dos 39 muni-cípios da região metropolitana – que tem cerca de 22 milhões de habitantes.

de habitantes.

O programa Novo Rio Pinheiros, em curso desde 2019,
serviu de modelo parcial a ser
ampliado para os 1.100 quilómetros do Tietê. "Vamos dar
continuidade às práticas exitosas do Pinheiros", diz asceretária de Meio Ambiente, Infraestruttera la cefetira. Medio file. ria de Meio Ambiente, Infraes-trutura e Logística, Natália Re-sende. Batizado de Integra Tie-tê, prevê a estruturação de um modelo de governança que in-clua a iniciativa privada e a sociedade civil e sirva como uma ciedade civil e sirva como uma espécie de guarda-chuva para os demais programas desen-volvidos no río, como o Renas-ce Tieté – da gestão anterior. A verba, disse ao Estadão a secretária, virá de financia-

mento do Banco Interamericamento do Banco Interamerica-no de Desenvolvimento (BID) e de investimentos da Compa-nhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Estão previstas parcerias públi-co-privadas (PPPs) para as obras de desassoreamento, contratos de performance pa-ra o tratamento e as ligações

Monitoramento será feito na entrada e na saída dos unicípios que integram a bacia do Tietê

de esgoto e transformação do de esgoto e transformação do Departamento de Águas e Energia Elétrica na Agência SP Águas – para a gestão e fiscalização dos recursos hidricos do Estado. "Estamos estruturando o projeto de lei. O DAEE já tem atribuições regulatórias, e queremos fortalecer a fiscalização dos recursos hidricos", afirma Natália. "ás PPPs para desassoreamento, estamos esdesassoreamento, estamos estudando e conversando com o BID para fazer em conjunto."



De acordo com ela, o objeti De acordo com ela, o objeti-vo écriar um modelo de gover-nança que integre as diferen-tes ações e programas em anda-mento. "Queremos instituir uma política de Estado e sabemos que não será em quatro

mos que nao sera em quatro anos que vamos conseguir a despoluição total do rio." O programa será coordena-do pela Subsecretaria de Sanea-mento e Recursos Hídricos e envolve a participação da Sa-besp, da Companhia Ambien-tal do Estado de São Paulo (Cetesb), do DAEE, da Fundação Florestal e dos Comitês de Ba-cias do Alto, Médio e Baixo Tie-tê. "O monitoramento na entrada e na saída dos municítrada e ha sada dos munico-pios vai nos ajudar muito. Umavez que aquela região esti-ver toda encaminhada para tra-amento, se ocasionalmente houver divergência, vamos atuar com a Cestesb, para investigar a causa e multar, se for o caso", diz a subsecretária Sa-

PERENE. Natália afirma que ações que vinham dando certo em gestões anteriores – como a do Rio Pinheiros - serão mana do Kio Pinneiros - serão man-tidas. Ela afirma que uma for-ma de atingir a perenidade do modelo de gestão ambiental do Tietê - e evitar o desmonte de projetos a cada troca de go-verno - está nas concessões à

"Nós não queremos "Nos nao queremos inventar a roda, queremos fazer uma governança efetiva de muitas ações que já estavam em andamento e trazer inovações" Natália Resende

Secretária de Meio Ambiente

iniciativa privada."Quando fanictativa privada. Quando falo de concessão, falo em con-tratos de 25 anos, 30 anos. Den-tro desses contratos tem três pontos que são muito impor-tantes: previsibilidade, estabitantes: previsionidade, estadicidade e segurança jurídica.
São contratos de longo prazo que trazem segurança jurídica para a sociedade cobrar e para os investidores", diz.

Desde o início da década de contrarresses da despolui.

essas de despoluicão e dinheiro de diferentes

fontes fazem parte do histórifontes fazem parte do histori-co de intervenções no Tietê. Do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à Agência de Cooperação Inter-nacional do Japão, obras de rebaixamento da calha do rio e construção de estações de tratamento saíram do papel. A despoluição, não. Em setembro, em novo con-trato de financiamento assina-

do com o BID, o governo do Estado se comprometeu a in-Estado se comprometeu a in-vestir R\$430 milhões a serem recebidos do banco a partir de 2028 durante 25 anos. O acor-do foi assinado dentro do esco-po do programa Renasce Tie-tê, da gestão passada. O valor empregado, apenas entre 2010 e 2020, também dá uma ideia do tamanho do problema am-biental e da distância em que se está de ter o rio em condições mínimas no chamado Alto Tietê (conjunto de cidades desde a nascente em Salesópo-lis aos municípios da Grande São Paulo). Nesse período, R\$2,1 bilhões foram em obras e intervenções.

POLUIÇÃO. Apesar disso, a man-cha de poluição entre 2021 e 2022 aumentou mais de 40%, passando de 85 quilómetros pa-ra 122 quilómetros nos 55 pon-tos de medição da bacia, con-

dação SOS Mata Atlântica. No dação SOS Mata Atlantica. No mesmo período, a extensão da água de boa qualidade despen-cou de 124 quilômetros para 60 quilômetros. E os reflexos se estendem para além dessa mancha, como viu a empreen-dedora Mariane Carla Checon dedora Mariane Carla Checon Salvador ao se deparar, há pou-cos meses, em Guaiçara (a 441 km de São Paulo), com uma enorme proliferação de algas no Rio Dourado, afluente do Tietê. A coloração esverdeada ntete. A coloração esveracada da água e a mortandade de pei-xes intrigou moradores e turis-tas. "Essa é uma região de pes-ca que era completamente des-poluída", afirma.

O novo programa do Estado prevê a discussão dos cronoprevê a discussão dos crono-gramas e metas com uma nova instância a ser criada, o Fórum Integra Tietê, com participa-ção dos Comitês de Bacias In-tegradas. Em uma segunda fase, o sistema será aberto para a população acompanhar os tra-balhos de recuperação e sanea-mento. "Nós não queremos in-ventar a roda, queremos fazer uma governança mais efetiva de muitas ações que já esta-vam em andamento e trazer vam em andamento e trazer inovações para as questões da fauna e da flora e de qualidade de vida para um rio que sabe-mos a importância que tem pa-ra o Estado e para o Brasil", afirma a secretária.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole Caderno: A Pagina: 18